

DIVERSIDADE CULTURAL E PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS BENS IMATERIAIS NOS ÂMBITOS LOCAL E REGIONAL: ELEMENTOS INTERPRETATIVOS DAS AÇÕES SOCIAIS SUBJACENTES

*CULTURAL DIVERSITY AND CONSTITUTIONAL PROTECTION
OF INTANGIBLE GOODS, AT LOCAL AND REGIONAL LEVELS:
INTERPRETATIVE ELEMENTS OF THE UNDERLYING SOCIAL ACTIONS*

Silvio de Oliveira^I 

Serli Genz Bølter^{II} 

^I Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. Especialista em Direito Público. E-mail: sdo.academico@gmail.com

^{II} Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil. Doutora em Sociologia. E-mail: serli.bolter@uffs.edu.br

Resumo: Este estudo dedica-se à compreensão das ações sociais diretamente relacionadas à evolução da proteção dos bens culturais imateriais contida na Constituição brasileira. São identificados os agentes sociais e suas interações no contexto sociocultural. A atividade regulatória das práticas culturais é interpretada de acordo com os parâmetros constitucionais e com o paradigma da burocracia weberiana. A análise indica a importância da preservação da diversidade dos bens imateriais e suas implicações para a formação de grupos sociais diversos e plurais.

Palavras-chave: Interpretação da ação social. Proteção constitucional. Práticas culturais locais e regionais. Herança imaterial.

Abstract: This study is dedicated to the understanding of social actions directly related to the evolution of the protection of intangible cultural assets contained in the Constitution of Brazil. Social agents and their interactions in the socio-cultural context are identified. The regulatory activity of cultural practices is interpreted according to the constitutional parameters and the paradigm of the Weberian bureaucracy. The analysis indicates the importance of preserving the diversity of immaterial goods and their implications for the formation of diverse and plural social groups.

Keywords: Interpretation of social action. Constitutional protection. Local and regional cultural practices. Intangible heritage.



DOI: <https://doi.org/10.33053/dialogus.v9i2.262>

Recebido em: 13.08.2020

Aceito em: 28.11.2020

Dialogus



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

1 Introdução

As mudanças inerentes à dinâmica social tendem a impactar o Direito, exigindo ou sugerindo evoluções interpretativas, bem como alterações no próprio texto normativo. Ao examinar a dissertação de mestrado apresentada em 1995 por Katie Silene Cáceres Arguello, intitulada “Weber e o direito: racionalidade e ética”, foi possível detectar a permanente atualidade do tema então abordado pela referida autora em relação às questões sociais que permeiam as discussões jurídico-constitucionais envolvendo Direito e práticas culturais¹, na contemporaneidade. O histórico nacional de domínio carismático parece exigir contínua compreensão da atividade regulatória das relações sociais, a fim de que prevaleça a racionalidade equilibrada.

A diversidade cultural interna consiste em aspecto pacífico entre os estudiosos da sociedade brasileira. O antropólogo Darcy Ribeiro, por exemplo, ao investigar nossas matrizes culturais, identificou a existência de subculturas regionais, classificando-as de “Brasis”, cada qual com elementos típicos caracterizadores de autênticos países dentro de um mesmo país².

Desde logo é oportuno esclarecer a delimitação do tema deste artigo. Trata-se de proposta de estudo que não aborda as respectivas disposições gerais contidas no texto constitucional. Não porque estas seriam só aplicável à esfera federal; pelo contrário, as normas protetivas de âmbito geral têm notória abrangência espacial sobre a cultura local e regional. No entanto, para os objetivos desta breve investigação, ater-se-á às projeções setoriais que o constituinte considerou relevante especificamente sobre bens culturais imateriais.

A existência de conflitos envolvendo direitos culturais e outras garantias constitucionais justifica a realização deste estudo, que objetiva identificar a atenção dedicada à matéria no referido âmbito jurídico, e conhecendo, ainda que sucintamente, alguns tratamentos hermenêuticos recentemente aplicados pelas cortes em disputas reais. Para tanto, busca-se a compreensão das pertinentes ações sociais, numa perspectiva weberiana, que correspondem aos comportamentos individuais socialmente compartilhados³, atribuindo sentido às normas inseridas no texto constitucional. O resultado esperado é uma explicação plausível – mas não exauriente – das ações sociais das quais derivam a regulação normativa, que objetiva a proteção constitucional dos bens culturais imateriais, nos âmbitos local e regional. Dessa forma, pretende-se contribuir com o processo de racionalização do Direito.

2 Alguns fundamentos jurídicos sobre igualdade e diversidade cultural

Inicialmente, convém mencionar que a preocupação em resguardar as identidades regionais tem fundamento em fontes jurídicas anteriores à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), consolidadas pelas conquistas dos povos contra o absolutismo *lato*

1 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em geral, emprega o termo cultura com significado equivalente a prática cultural.

2 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 270. De acordo com a proposta do referido autor, pode-se afirmar que existe o Brasil Crioulo, o Brasil Caboclo, o Brasil Sertanejo, o Brasil Caipira e o Brasil Sulino (*Ibidem*, págs. 272/444).

3 WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 43.

sensu. Embora fosse possível aludir a fontes escritas bem mais remotas, cita-se, nesse sentido, o teor do art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o qual prevê que “*Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios*”⁴.

Do ponto de vista doutrinário jurídico, o direito à cultura é qualificado como verdadeiro direito constitucional de segunda dimensão⁵. Acerca da ordem interna, a CRFB imprimiu nítido destaque ao princípio da igualdade, incluindo-o não apenas no rol de direitos fundamentais contido no *caput* do art. 5º, mas também prevendo outras medidas para assegurar tratamento isonômico aos brasileiros, a exemplo da destinação diferenciada de recursos com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, segundo preconiza o art. 43 da Constituição Federal de 1988.

É sabido que os princípios jurídicos preponderantemente⁶ possuem uma função diretiva, ou seja, orientam para um fim instituído. Segundo a proposta conceitual de Humberto Ávila,

os princípios são normas imediatamente finalísticas, primariamente prospectivas e com pretensão de complementaridade e de parcialidade, para cuja aplicação se demanda uma avaliação da correlação entre o estado de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção⁷.

Quando se trata de investigar a axiologia do princípio da igualdade, é elementar a identificação dos valores vigentes em determinada sociedade e o grau de importância a eles atribuída. Consoante Bobbio,

[...] a igualdade é um valor para o homem como ser genérico, ou seja, como um ente pertencente a uma determinada classe, que é precisamente a humanidade (razão pela qual as teorias políticas que propugnam a igualdade, ou igualitárias, tendem a ver na sociedade uma totalidade, sendo necessário considerar o tipo de relações que existe ou deve ser instituído entre as diversas partes do todo)⁸.

Nesse contexto, a igualdade pressupõe a existência de uma relação entre grupos ou entre indivíduos, ou destes entre si. Assim, é *comparativo* o método empregado para aferir uma situação de igualdade ou desigualdade⁹. Interessa sobremaneira para esta pesquisa que os critérios a serem adotados para realizar diferenciações podem recair sobre características individuais de pessoas ou de um grupo de pessoas. Sem aprofundar a temática sobre o mérito da natureza humana, aqui interessam as diferenças *sociais*. Para distanciar-se da concepção de sociedade leonina, é fundamental que sejam estudadas e compreendidas as diferenciações sociais, em um esforço para equilibrar e harmonizar as relações decorrentes do convívio social.

4 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

5 Especialmente quando associado ao direito fundamental social ao lazer.

6 Escreveu-se *preponderante* porque não significa que os princípios existem no ordenamento jurídico para serem meramente venerados, mas para instituírem, ainda que indiretamente, deveres comportamentais necessários à efetivação de um estado de coisas pretendido. (ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, p. 24; 80).

7 ÁVILA, Humberto. *Ibidem*, p.78-9.

8 BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*, p. 13.

9 COMPARATO, Fábio Konder. Precisações sobre os conceitos de lei e de igualdade jurídica. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 750, ano 87, p. 11-19, abr. 1998, p. 18; STEINMETZ, Wilson Antônio. *A vinculação dos particulares a direitos fundamentais*, p. 233.

Em se tratando de diferenças sociais, deve-se considerar que a norma produzirá efeitos sobre grupos que não estão em igualdade de condições, ou seja, em que não há horizontalidade de pontos de partida. Enquanto os direitos fundamentais de primeira dimensão geralmente impõem ao Estado uma conduta negativa (*v.g.*, não interferir na liberdade de associar-se), os direitos fundamentais de segunda dimensão majoritariamente demandam do Poder Público condutas positivas, como, *v.g.*, o fornecimento de medicamentos a determinado grupo de pessoas, em certas circunstâncias. Nessa perspectiva, a noção de direitos sociais compreende as “prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais”¹⁰.

Desde logo, é de se destacar que o estudo dos direitos sociais requer especial cautela. João dos Passos Martins Neto adverte quanto à temeridade em estabelecer generalidades em se tratando de direitos sociais, devido à complexidade imanente a eles: “os *direitos sociais*, individualmente considerados, não são necessariamente homogêneos, guardando entre si, muitas vezes, diferenças estruturais profundas, com repercussão sobre os respectivos regimes jurídicos”¹¹. Explorando características ontológicas de diversos exemplares de direitos sociais, o autor demonstra a facilidade com que se estabelecem relações equivocadas acerca dos seus respectivos atributos, especialmente no que se refere a sua aplicabilidade, a sua relação com as normas programáticas e a sua aptidão para conferir direitos subjetivos contra o Poder Público¹².

A respeito, é válido recapitular que a História é convergente ao explicar a colonização do território nacional através de sucessivos ciclos econômicos, em movimentos preponderantes no sentido do litoral para o interior do continente (Leste a Oeste), bem como do Norte em direção ao Sul. A abrangência territorial e as diferenças dos grupos sociais em um país continental são indicadores que podem explicar a complexidade e a diversidade de bens imateriais que são encontrados no contexto da sociedade brasileira.

Assim, tão importante quanto a função jurídica é a *função social* que o princípio da igualdade contém, e que nos é trazido a lume nesta ponderação:

[...] ao lado da obrigação de se criar um Direito igual a ser igualmente aplicado na sociedade, há que se transformarem, pelo Direito, as condições sociais de forma a que a igualdade jurídica estabeleça sobre iguais condições sociais ou sobre condições sociais que não se construam sobre bases sociais desiguais para os iguais ou de tal forma desniveladas, nos planos econômico e social, que toda igualdade jurídica mais não é que pensamento estéril de uma norma ineficaz¹³.

Quando o constituinte inseriu entre os objetivos fundamentais do Estado brasileiro “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, pretendeu declarar em nome de todos qual rumo nosso país pretendia palmilhar. Mesmo sem utilizar o termo *igualdade*, deixou-se ali consagrada a opção pela isonomia, porquanto pretende promover o bem de todos (e não apenas de alguns), bem como deixa claro o

10 SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 286.

11 MARTINS NETO, João dos Passos. *Direitos fundamentais: conceito, função e tipos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 167.

12 MARTINS NETO, João dos Passos. *Ibidem*, p. 178-92.

13 ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *O princípio constitucional da igualdade*. Belo Horizonte: Lê, 1990, p. 44.

repúdio pela não observância dessa norma, já que não tolera o preconceito. Em análise concisa, Celso Antônio Bandeira de Mello capta a teleologia da norma em foco:

[...] qualquer elemento residente nas coisas, pessoas ou situações, pode ser escolhido pela lei como fator discriminatório, donde se segue que, de regra, não é no traço de diferenciação escolhido que se deve buscar algum desacato ao princípio isonômico¹⁴.

Partindo da premissa constitucional genérica que prevê a igualdade entre todos¹⁵, tem-se que *todos* constitui o grande grupo (G) destinatário dessa promessa de igualdade. Considerando conveniente, o constituinte pode diferenciar (ou autorizar a diferenciação de) pessoas, coisas ou situações, mediante seleção de critérios adequados e correlatos ao interesse valioso tutelado.

Havendo desequiparação, necessariamente ocorrerá a formação de subgrupos, no mínimo dois ($g_1; g_2 \dots$), e o grande grupo será composto pelos respectivos subgrupos ($G = g_1; g_2 \dots$). A todos integrantes do grupo G será atribuído tratamento igual na medida de suas igualdades quanto ao critério adotado (C). Aos integrantes de diversos subgrupos ($g_1; g_2 \dots$), além do tratamento geral garantido em razão de pertencerem ao grupo G, receberão tratamento diferenciado, um em relação ao outro, sempre quanto ao critério empregado (justiça distributiva). Entre elementos de determinado subgrupo (*v.g.*, g_1), *a priori*¹⁶ deve ser dispensado tratamento igualitário (justiça comutativa).

Essa explicitação da tarefa de classificar objetos¹⁷ (pessoas, coisas ou situações) segundo um critério prévio é válida. No entanto, em sociedade, tal atividade nunca ocorre simplesmente por ocorrer, ou seja, há várias circunstâncias concorrentes que condicionam esse processo e dão sentido a ele. Por exemplo, o constituinte não concedeu estabilidade apenas a uma categoria determinada de agentes públicos (os servidores estatutários) somente para dar tratamento diferenciado a alguns que ingressaram no serviço público em determinada modalidade de cargo ou função; previu, sim, tal diferenciação em relação aos demais agentes (empregados públicos, agentes temporários etc.) ao menos porque havia: (i) algum objetivo para tanto (dar distintos níveis de segurança de permanência no cargo); (ii) algum interesse constitucional a ser protegido (profissionalização do setor público); (iii) alguma correlação lógica entre a distinção e a medida empregada (isenção dos servidores face a eventuais desmandos de chefias transitórias ocupantes de cargos políticos, sem compromisso com as instituições); (iv) algum meio adequado para

14 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*, p. 17.

15 CRFB/88, art. 3º, IV.

16 Essa ressalva é devida porque, em tese, quanto mais homogêneo o grupo a ser dividido, maior será a possibilidade de se estabelecer relações de igualdade mediante reduzidas diferenciações. No entanto, em se tratando de grupo extremamente heterogêneo, quanto mais detalhadas as classificações, maior parece ser a probabilidade de se promover a igualdade, a partir de medidas desequiparativas. A título ilustrativo, suponha-se uma situação hipotética em que se presente distribuir um benefício assistencial a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Com esse critério, cindiu-se o grande grupo em dois subgrupos: os que ganham até dois salários mínimos e os que ganham mais do que isso. Se se tratar de subgrupos homogêneos (*v.g.*, os que ganham mais de dois salários, no mínimo ganham o dobro desse valor), essa diferenciação provavelmente atingirá o objetivo de auxiliar os que ganham menos. Contudo, se constituírem grupos heterogêneos (*v.g.*, há quantidade considerável de trabalhadores que ganham 2,05 salários, ou seja, dois inteiros e cinco centésimos), essa classificação não resultará numa medida justa para quem percebe salário irrisoriamente acima da área limítrofe fixada para a contemplação pelo benefício.

17 Segundo Robert Alexy, os critérios e juízos de igualdade/desigualdade recaem sobre determinadas *propriedades* do objeto, resultando numa relação com estrutura “*a* es igual a *b* con respecto a la propiedad P (propiedades P_1, P_2, \dots, P_n)” (ALEXY, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*, 2002, p. 387).

atingir o resultado (instituição de requisitos objetivos para o servidor demonstrar ser merecedor de tal proteção).

No contexto deste estudo, apesar da unicidade nacional, as diferenças culturais são marcantes no tecido social de um território com dimensões continentais. Por consequência, a regionalização da cultura é fenômeno decorrente das condições geoeconômicas e das características do processo de colonização nacional, marcado pela heterogeneidade.

Essa é, portanto, uma forma de justificar o tratamento desigual aos que se encontram em situação de desigualdade, conforme exige o conteúdo jurídico do princípio da igualdade. Superado o breve estudo de fundamentos acadêmicos, passa-se à exemplificação de casos correlatos submetidos à apreciação do Poder Judiciário.

3 Exemplos de discussões atuais sob controle judicial da proteção de bens imateriais

Deságuam nas unidades judiciárias lides envolvendo discussões sobre a proteção do patrimônio imaterial brasileiro. O inconformismo dos derrotados na arena legislativa, as múltiplas interpretações possíveis de textos normativos e a vedação do *non liquet* são circunstâncias que parecem favorecer a ampliação da litigiosidade em matérias envolvendo práticas culturais.

No inciso LXXII do art. 5º, o constituinte conferiu legitimidade a qualquer cidadão para propor ação popular. A título exemplificativo, examina-se o seguinte julgado envolvendo, entre outras matérias, bem cultural local e regional:

ACÇÃO POPULAR. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL BRASILEIRO. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA. RESTAURO DE CATEDRAL TOMBADA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. 1. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público tem o dever de promover e proteger o “patrimônio cultural brasileiro”, nos quais se incluem os bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. 2. Atendendo aos ditames constitucionais de proteção à cultura, insertos, especialmente, nos artigos 215 e 216, foram instituídos pela Lei nº 8.313/91 o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) os mecanismos do Fundo Nacional da Cultura (FNC), do Mecenato e do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). 3. Caracterizada a Catedral Metropolitana de Florianópolis como patrimônio histórico cultural, através de tombamento realizado pelo Decreto 2.998/98 (expedido com fundamento na Lei Estadual 5.846, de 22 de dezembro de 1980, com a redação dada pela Lei 9.342, de 16 de dezembro de 1993), não constitui ilegalidade a realização de convênio firmado entre as três esferas de governo (União, Estado de Santa Catarina e Município de Florianópolis) para a manutenção e restauro do prédio, haja vista se tratar de direito constitucionalmente assegurado. 4. A manutenção de patrimônio histórico cultural não caracteriza subvenção à Igreja - em violação ao artigo 19 da Constituição Federal - como requer o autor popular 5. Apelação improvida. (TRF4, AC 0012973-88.2008.4.04.7200, TERCEIRA TURMA, Relator FERNANDO QUADROS DA SILVA, D.E. 13/07/2011)

Na questão posta em juízo, discutiu-se a ocorrência ou não de ofensa à CRFB, em razão da destinação de recursos para manutenção de patrimônio tombado como histórico e cultural. No caso, a 3ª Turma do TRF4 entendeu, por unanimidade, que os entes públicos envolvidos, inclusive o Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis, cumpriam

dever constitucional de preservar patrimônio cultural, por tratar-se de obra que representa grupos formadores da sociedade brasileira, sem representar proselitismo religioso.

Com base no parecer emitido pela Procuradoria Regional da República da 4ª Região, a fundamentação ponderou que, além do aspecto material do prédio envolvido, também a arquitetura, abstratamente considerada, consiste em legado a ser compartilhado com as futuras gerações. Assim, embora sendo laico o Estado, a opção religiosa do cidadão e dos grupos é protegida pelo sistema jurídico. Observada a realidade social, os grupos religiosos exercem significativa influência no âmbito político e, partir disso, essa força não é desconsiderada pelos três poderes, inclusive o Judiciário.

É oportuno esclarecer que o sistema jurídico brasileiro adota os controles difuso e concentrado de constitucionalidade. Por meio deles, o Poder Judiciário pode avaliar a constitucionalidade de normas, em casos específicos (controle concreto/difuso) ou em abstrato (controle concentrado).

Um caso emblemático em que realizado controle difuso ocorreu nos autos da ação civil pública nº 8000857-29.2016.805.0000, ajuizada pelo Ministério Público do Estado da Bahia. O magistrado de primeiro grau deferiu tutela antecipada proibindo os idealizadores do evento “Desafio Bahia Forte Vaquejada 2016” de realizá-lo, sob pena de multa. A decisão viria a ser reformada pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça baiano¹⁸ em razão da superveniência da Emenda Constitucional nº 96, de 2017, alteração do texto Constitucional que indica a possibilidade de proteção de bens imateriais culturais que envolvem animais, como o caso da vaquejada.

Sobre a mesma temática, o STF, em controle concentrado, por maioria, declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 15.299/2013, do Estado do Ceará, conforme ementa que segue¹⁹:

VAQUEJADA – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ANIMAIS – CRUELDADE MANIFESTA – PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – INCONSTITUCIONALIDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do artigo 225 da Carta Federal, o qual veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Discrepa da norma constitucional a denominada vaquejada.

Registra-se que o referido julgamento (ADI 4983) ocorreu em 06/10/2016 e foi publicado em 27/04/2017, ou seja, pouco antes da Emenda Constitucional nº 96, que data de 06/06/2017. Nesse aspecto, identifica-se claramente a atuação do STF, desempenhando um papel criativo da jurisprudência, diante da inércia do Poder Legislativo sobre assuntos constitucionais que afetam o patrimônio imaterial da região Nordeste do Brasil. Mediante intensos debates, a referida Corte

18 BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Agravo de Instrumento 0020318-33.2016.8.05.0000. 20 de setembro de 2017.

19 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta De Inconstitucionalidade 4983/CE. 6 de outubro de 2016.

praticou o neoconstitucionalismo, imbricando Direito e Moral²⁰, em assuntos com potencial conteúdo polêmico²¹.

Por outro lado, ADI 5728 DF, ajuizada pelo Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, questiona a Emenda Constitucional nº 96/2017, evidenciando que a questão está longe de ser pacificada. Registra-se ainda que o processo permanece concluso ao Relator desde 05/11/2019. A permanência deste debate também é indicador de que as normas jurídicas regulamentam relações sociais que se consolidam a partir de valores e paradigmas que se alteram no decorrer da história²².

Esses foram exemplares selecionados para ilustrar a prestação jurisdicional acerca de temas pertinentes ao estudo. A seguir, serão examinadas, do ponto de vista sociológico, as normas constitucionais que consideram a diversidade cultural como fator relevante para os rumos da nação.

4 Elementos compreensivos da proteção constitucional dos bens culturais imateriais, nos âmbitos local ou regional

O constituinte originário, atento à realidade brasileira, tratou de não bloquear as vertentes culturais da nossa civilização. Para tanto, reservou poder para os entes públicos atuarem nos campos administrativo e normativo. Assim, competência consiste em forma de exercer o poder, inclusive coercitivamente.

Estabeleceu-se competência comum entre União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a proteção de bens culturais. De acordo com os incisos III e IV do art. 23 da CRFB, a administração direta dos referidos entes públicos tem dever de preservação do patrimônio cultural. Destaca-se que o texto veicula norma aberta, que não restringe a proteção apenas ao patrimônio material. Por meio da referida norma, os entes estaduais e municipais são obrigados a adotar medidas efetivas para manutenção das manifestações culturais, das quais a atual sociedade é produto e nas quais está alicerçada.

20 Uma das características que identificam o fenômeno é a “reaproximação entre o Direito e a Moral” (Souza Neto, Cláudio Pereira de. *Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho* / Cláudio Pereira de Souza Neto; Daniel Sarmento – 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 202. Por outro lado, a interpretação jurídica tradicional não é considerada superada. Além disso, o Judiciário atua de forma complementar ao Legislativo no desenvolvimento de uma nova e contemporânea dogmática, levando em consideração inclusive, de forma prudente e criteriosa, as experiências estrangeiras quando compatíveis com nossa realidade [BARROSO, Luís Roberto. *Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito* (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). *Revista Direito Administrativo*, p. 8-12].

21 Para Miguel Carbonell, a capacidade de aplicação do neoconstitucionalismo pela magistratura é caracterizado pela dificuldade de consolidação e pela mutabilidade, devido ao inerente processo contínuo de aprimoramento e à interferência do poder político exercido pelos detentores de mandato eletivo (*Neoconstitucionalismo(s)*). Madrid: Trotta, 2003, p. 12).

22 Para aprofundar o debate sobre a temática dos direitos da natureza e os limites do paradigma antropocêntrico consultar: BÖLTER, Serli Genz; DERANI, Cristiane. DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA JUDICIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 15, n. 33, p. 209-242, set./dez. 2018.

Em relação aos municípios, a cautela é reforçada pelo inciso IX do art. 30 da CRFB, que impõe o dever de proteção do “patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

Além disso, foi atribuída competência concorrente aos estados para legislar sobre patrimônio cultural e artístico. Mais que isso, no art. 24 da CRFB consta que a competência da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais, bem como que, em caso de inércia, a competência da Unidade Federativa será plena enquanto perdurar essa situação.

Também não passou despercebida a necessidade de incluir, no ensino fundamental, conteúdos voltados ao conhecimento de cultura regional (art. 210, *caput*²³). Especialmente o ensino da História do Brasil, obrigatoriamente, não pode desprezar “as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro²⁴” Considerando que os estados e municípios atuam prioritariamente no ensino fundamental, nessa distribuição de encargos justifica-se irrestritamente a instituição do regime de colaboração entre os sistemas de ensino, prevista no *caput* do art. 211 da CRFB.

Mais adiante, o constituinte originário preconizou as seguintes normas programáticas²⁵:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

23 Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

24 CRFB, art. 242, § 1º.

25 Quanto à eficácia, as normas constitucionais classificam-se em três distintas categorias: (i) normas constitucionais de eficácia plena; (ii), normas constitucionais de eficácia contida; (iii) normas constitucionais de eficácia limitada ou reduzida (SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*, 2002, p. 82). A categoria das normas de eficácia limitada ainda se subdivide em: a) normas definidoras de princípio institutivo ou organizativo; b) normas definidoras de princípio programático (SILVA, José Afonso da. *Ibidem*, p. 118). As normas programáticas são aquelas “através das quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados interesses, limitou-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos [...], como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado” (SILVA, José Afonso da. *Ibidem*, p. 138). Embora não haja uma relação necessária entre *normas programáticas* e *direitos sociais*, frequentemente direitos sociais são estabelecidos mediante normas programáticas (MARTINS NETO, João dos Passos. *Direitos fundamentais: conceito, função e tipos*, 2003, p. 185-6). Ocorre que tais normas costumam ser do tipo atributivas, ou seja, ilustram ao cidadão uma situação de direito subjetivo, mas nem sempre lho conferem, habitualmente deixando a cargo do legislador ordinário a tarefa de integralizar a norma, fixando os parâmetros de aplicabilidade. Um exemplo dessa hipótese diz respeito ao direito fundamental ao trabalho (art. 6º da CRFB/88). Entre as regras previstas pelo constituinte, há uma que diz respeito à proteção [do trabalhador] em face da automação, na forma da lei (art. 7º, XXVII). Nesse caso, enquanto o poder legislativo se mantiver inerte, tal norma provavelmente só conterà eficácia negativa, ou seja, o Poder Público apenas não pode agir contrariamente a esse preceito. De qualquer forma, o jurista possui subsídios suficientes para não se equivocar em relação ao plano normativo (dever-ser), típico da Ciência Jurídica, com o fático (ser), que é objeto das ciências descritivas. Ademais, é sabido que as normas podem apresentar diferentes níveis de efetividade. Não se tratando fenômenos naturais estudados pelas Ciências nomotéticas, que possuem relação direta de causa e efeito, nas Ciências Sociais, de acordo com a perspectiva teórica weberiana, determinadas características sociais favorecem o surgimento de outras (possibilidade de ser), através da existência de afinidade eletiva (*A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 126).

Como se vê, são de vasta abrangência as normas veiculadas pelo texto acima transcrito. Para o escopo do presente estudo, merece destaque o reconhecimento da importância de todos os grupos que participaram do processo civilizatório nacional. A partir dessa redação, tanto as culturas dos povos originários quanto as dos colonizadores a partir do século XV são constitucionalmente protegidas. Em outras palavras, além de limitar o poder estatal, a norma constitucional limita a possibilidade de dominação a ser exercida por determinados grupos em detrimento de outros. E, ainda que o excesso de racionalidade burocrática seja capaz de produzir efeitos indesejados, é oportuno destacar que esse aspecto, se empregado discursivamente de forma indiscriminada, favorece a possibilidade real de prevalência do domínio carismático em detrimento da racionalidade equilibrada, nas ações sociais.

O art. 216 da CRFB estabelece, entre outras providências, que os bens imateriais constituem patrimônio cultural brasileiro e encarrega o poder público e a comunidade de protegê-lo e promovê-lo. Prevê, outrossim, que a lei ordinária disporá sobre a gestão, os recursos e o acesso aos bens, além da punição à lesão ou à ameaça ao patrimônio cultural.

Por sua vez, as emissoras de rádio e televisão foram incumbidas de observar o princípio do estímulo à cultura regional. Da interpretação teleológica dos incisos II e III do art. 221 da CRFB resulta que tais veículos de comunicação, enquanto concessionários de serviços públicos e detentores de estratégico poder de disseminação de informações, devem dedicar horários nobres para divulgar matérias permeadas com conteúdo cultural da região de abrangência. A regionalização da cultura ali prevista, sob enfoque hermenêutico sistemático, abrange tanto as regiões internas do País, quanto as externas, as quais se referem ao contexto internacional. Nesse sentido, a possibilidade de considerar as culturas fronteiriças, com base no art. 4º, parágrafo único, da CRFB. Parece viável essa integração cultural, por compartilharem de vários aspectos do contexto históricos, geográficos e, sobretudo, socioeconômicos.

Destaca-se, oportunamente, que a fronteira política nem sempre coincide com o mapa cultural. A título exemplificativo, cita-se região missioneira, palco de processo civilizatório comum envolvendo etnia guarani em parte do Rio Grande do Sul, província de *Misiones* da República Argentina e departamento de *Misiones*, na República do Paraguai²⁶. *Mutatis mutandis*, situação similar ocorreu com parte do território anexado pelo Império do Brasil, no atual Estado do Mato Grosso do Sul, por conta da guerra travada na segunda metade do século XIX contra o Paraguai.

Posteriormente, o constituinte derivado acrescentou normas relacionadas à proteção da cultura regional. Destaca-se que não se identificam supressões de textos; há, porém complementações. É possível afirmar inclusive que a reforma ocorreu com intensidade, objetivando a concretização dos direitos anteriormente previstos, até porque, como direito fundamental de segunda dimensão, do Estado é exigida uma postura ativa.

26 Cabe recordar o fato público de que essas mesmas regiões foram destino de novos movimentos migratórios no início do século XX, com semelhantes propostas de colonização, inclusive pela manutenção das similitudes microrregionais, mesmo depois de consolidadas as consequências do Tratado de Madrid, que entregou o território dos Sete Povos das Missões à Coroa Portuguesa em troca da Colônia de Sacramento ao Reino Espanhol.

Por outro lado, tais acréscimos decorrem da pressão social por reconhecimento de maior igualdade de valorização dos diversos grupos que ajudaram a formar o povo brasileiro, que integra, paradoxalmente, uma das sociedades mais desiguais do planeta, em vários indicadores sociais²⁷. Imbuído com esse espírito, a EC nº 48 de 2005 incluiu o 3º ao art. 215 da CRFB, contendo o seguinte teor:

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV democratização do acesso aos bens de cultura;
- V valorização da diversidade étnica e regional.

O acréscimo das citadas normas manifesta uma necessidade – primeiramente detectada na sociedade e depois reconhecida pelo constituinte reformador – de se planejar a curto e médio prazo as ações culturais, respeitando a diversidade étnica e regional. Essas normas parecem derivar de um processo de profissionalização dos agentes de produção de atividades culturais.

Posteriormente, por meio da Emenda Constitucional nº 71 de 2012, foi adicionado o art. 216-A ao texto constitucional, com a seguinte redação:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;

27 Conforme Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Por exemplo, para mensurar a desigualdade econômica, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utilizou o coeficiente de Gini, entendido como “medida da variação da distribuição de rendimento entre indivíduos ou famílias no mesmo país face a uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de zero representa a igualdade absoluta, um valor de 100 a desigualdade absoluta.” (*Ibidem*, p. 305).

- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
 - IX - transparência e compartilhamento das informações;
 - X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
 - XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
 - XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:
- I - órgãos gestores da cultura;
 - II - conselhos de política cultural;
 - III - conferências de cultura;
 - IV - comissões intergestores;
 - V - planos de cultura;
 - VI - sistemas de financiamento à cultura;
 - VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
 - VIII - programas de formação na área da cultura; e
 - IX - sistemas setoriais de cultura.
- § 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.
- § 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

A referida emenda representa uma profunda normatização constitucional da cultura, no sentido de produção cultural. Observa-se que assentou diversos princípios setoriais a serem observados, além de estruturar um sistema nacional de cultura, a ser regulamentado por lei ordinária, mas delegando aos entes estaduais e municipais a organização de seus próprios sistemas mediante lei.

Além das normas que estados e municípios devem elaborar para promover a cultura regional e local, não menos importantes são as políticas públicas que podem ser adotadas com esse propósito, viabilizando a concretização de medidas e ações efetivas, que além de reflexos socioculturais, produzem impactos econômicos.

Mais recentemente, houve inclusão do § 7º no art. 225 da CRFB através da Emenda Constitucional nº 96, de 2017. De acordo com o referido texto:

Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

A citada norma decorre de colisão de direitos culturais com os relacionados ao meio ambiente, especialmente a proteção da fauna contra práticas cruéis, conforme mencionado acima, temática que permanece em debate com uma demanda no STF.

Em relação aos bens imateriais e às diferenças no território brasileiro, a título ilustrativo, adota-se a proteção dos valores culturais decorrentes da história que cerca as Ruínas da Missão Jesuítico-Guarani de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. Apesar de ser inscrito como Patrimônio Mundial em 1983 pela UNESCO é, desde antes, uma referência da história cultural da Região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul²⁸. A proteção e a preservação deste local traz implicações para construção da identidade e dos valores locais e regionais. Para fins deste artigo analisa-se, como exemplo, as implicações religiosas e de gênero, as quais decorrem da importância da cultura jesuítica na região.

Em relação as implicações religiosas, apesar da vigência de um estado laico, como já indicado quando da análise da catedral de Florianópolis, SC, na decisão judicial analisada anteriormente, há na preservação do patrimônio histórico de São Miguel das Missões uma predominância da formação cristã católica pela influência da cultura jesuítica, com a manutenção e preservação da imagem dos mártires, por exemplo²⁹. O estudo e análise das cidades na região indicam esta forte influência. Como regra, os templos da Igreja católica são grandes e em locais centrais da cidade, normalmente na praça. Parcelas significativas da população se identificam com a religião católica. As escolas, em regra, praticam atos decorrentes da formação católica. São vastos os exemplos que indicam essa prevalência de valores cristãos católicos.

Essa herança, no entanto, não nega ou se sobrepõe às diferentes crenças e valores que se desenvolvem no contexto das práticas e da cultura local, assegurado o direito de livre manifestação religiosa previsto na Constituição Federal de 1988. Um exemplo da diversidade das crenças e valores da região pode ser encontrado nos estudos desenvolvidos por Juliani Borchard da Silva, na dissertação *Benzimentos: estudo sobre a prática em São Miguel das Missões (RS)*. É possível, portanto, que a diversidade e os distintos valores culturais sejam preservados.

Outra influência é um certo apagamento das mulheres na história da região e que, neste estudo, entende-se como sendo decorrente dos valores presentes na influência da formação da cultura jesuítica-guarani. Nesta cultura, poucos e delimitados são os espaços da mulher, geralmente relegado ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos. Destaca-se que alguns estudos buscam resgatar e trazer para a história o papel e a importância das mulheres, especialmente as mulheres indígenas³⁰.

28 KUHLE, BEATRIZ MUGAYAR. A restauração arquitetônica na década de 1980 no Brasil a partir dos exemplos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *An. mus. paul.* [online]. 2020, vol.28 [cited 2020-12-07], d2e40. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142020000100403&lng=en&nrm=iso. Epub Nov 27, 2020.

29 ENGEMANN, Carlos. Sinais de Salvação: Catequese e soteriologia dos escravos na visão dos jesuítas nas Américas (Séculos XVII e XVIII). *Universum*, Talca, v. 29, n. 1, p. 17-34, 2014. Disponível em https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762014000100002&lng=es&nrm=iso. acessado em 04 dic. 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-23762014000100002>.

30 BAPTISTA, Jean Tiago; WICHES, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56150, 2019.000300214&lng=en&nrm=iso. access on 04 Dec. 2020. Epub Oct 21, 2019. <http://dx.doi>.

Um elemento importante para este estudo é o papel que os municípios e os Estados Federados possuem na implementação de políticas públicas que preservem e assegurem a livre manifestação em relação a preservação e manutenção dos bens imateriais, tanto que são muitas as ações que se voltam para o desenvolvimento cultural das Missões, por exemplo, no turismo, com o projeto Caminho das Missões³¹.

Depois de um exame não exauriente dos dispositivos constitucionais relacionados à proteção do patrimônio imaterial local e regional, os apontamentos acima são ilustrativos de que a proteção dos bens imateriais é importante para a compreensão dos contextos de formação cultural e dos valores de cada povo, inclusive permitindo o estabelecimento de marcos que asseguram a diversidade local e regional.

5 Considerações finais

A partir do estudo do texto constitucional, verifica-se que o sistema de proteção às culturas locais e regionais passou por sucessivas incrementações, decorrentes de disputas existentes numa base social significativamente heterogênea. Não apenas os debates travados na arena legislativa têm contribuído para a adaptação dos institutos jurídicos, mas também a atuação dos demais poderes constituídos, com a participação do Ministério Público, da sociedade civil organizada, da mídia, dos movimentos sociais e do cidadão.

Identificou-se uma resposta típica pelo Poder Legislativo a questões em que há forte dissenso em âmbito sociocultural. Mas essa ação não significa, por si só, uma reação ao protagonismo institucional, atualmente em disputa entre Judiciário e Executivo.

Avalia-se que as atividades regulatórias constitucionais favorecem a coexistência de práticas culturais heterogêneas, sobretudo por mitigar a possibilidade de dominação intergrupar na sociedade brasileira. O regime democrático, por sua vez, vem garantindo a ampla participação popular na definição dos rumos do país, de modo que os avanços mais discretos parecem decorrer de vários fatores concorrentes, como a própria dificuldade em gerir a heterogeneidade social e a dimensão continental do território, bem como do tempo necessário para adaptação às rápidas e profundas mudanças experimentadas pela nação ao longo do último século, não só em relação aos aspectos tecnológicos, mas a todas as inovações que afetam o cotidiano de uma nação periférica.

Referências

ALEX, Robert. *Teoría de los derechos fundamentales*. Trad. de Ernesto Garzón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

[org/10.1590/1806-9584-2019v27n356150](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356150).

31 STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e nova era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 105-124, July 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000100006>.

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. *Weber e o direito: racionalidade e ética*. Dissertação de mestrado em Direito – UFSC. Florianópolis, 1995. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76299>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

BAPTISTA, Jean Tiago; WICHES, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56150, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300214&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 Dez. 2020. Epub Oct 21, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356150>.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). *Revista Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, p. 1 a 42, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43618>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BÖLTER, Serli Genz; DERANI, Cristiane. Direito ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise da judicialização das relações sociais. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 15, n. 33, p. 209-242, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.domholder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1242>. Acesso em: 04 dez. de 2020.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 20 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta De Inconstitucionalidade 4983/CE*. 6 de outubro de 2016. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12798874>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. *Agravo de Instrumento 0020318-33.2016.8.05.0000*. 20 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.tjba.jus.br/jurisprudencia-api/inteiroTeor/9860aa5d-2ebf-3b76-ae3f-5984a743ab99>. Acesso em: 31 mar. 2020.

CARBONELL, Miguel (Org.). *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Trotta, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. Precisações sobre os conceitos de lei e de igualdade jurídica. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 750, ano 87, p. 11-19, abr. 1998.

ENGEMANN, Carlos. Sinais de Salvação: Catequese e soteriologia dos escravos na visão dos jesuítas nas Américas (Séculos XVII e XVIII). *Universum*, Talca, v. 29, n. 1, p. 17-34, 2014. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762014000100002&lng=es&nrm=iso. Acessado em: 04 dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-23762014000100002>.

MARTINS NETO, João dos Passos. *Direitos fundamentais: conceito, função e tipos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

KUHL, BEATRIZ MUGAYAR. A restauração arquitetônica na década de 1980 no Brasil a partir dos exemplos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *An. mus. paul.* [online]. 2020, vol.28 [cited 2020-12-07], d2e40. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142020000100403&lng=en&nrm=iso. Epub Nov 27, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e40>.

MERRICK, Thomas William. Resultados preliminares do censo de 1970 realizado no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 85-96, abril-junho, 1972. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/5862/4561>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 24 abr. 2020.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *O princípio constitucional da igualdade*. Belo Horizonte: Lê, 1990.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Lei nº 11.719, de 07 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201903/26102635-lei-n-11-719-lei-dos-rodeios.pdf>. Acesso em 23 jul. 2020.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Juliani Borchardt da. *Benzimentos: estudo sobre a prática em São Miguel das Missões (RS)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, UFPEL. Orientador: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, 2014.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho* / Cláudio Pereira de Souza Neto; Daniel Sarmento – 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e nova era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 105-124, July 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000100006>.

STEINMETZ, Wilson Antônio. *A vinculação dos particulares a direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70, 2005.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2002.